



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2017

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Segurança e Transporte

Nome do Candidato
Caderno de Prova '09', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Um esforço comum é necessário à construção de ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

O filósofo Theodor Adorno (1903-1969) afirma que, no capitalismo tardio, “a tradicional dicotomia entre trabalho e lazer tende a se tornar cada vez mais reduzida e as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo”. Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.

Nossa época dispõe de uma tecnologia que, além de acelerar a comunicação entre as pessoas e os processos de aquisição, processamento e produção de informação, permite automatizar grande parte das tarefas. Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo. O tempo livre parece ter encolhido. Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho, ou melhor, do desempenho, inclusive nos joguinhos eletrônicos, que alguns supõem substituir “velharias”, como a poesia.

T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que “um poeta deve estudar tanto quanto não prejudique sua necessária receptividade e necessária preguiça”. E Paul Valéry fala sobre uma ausência sem preço durante a qual os elementos mais delicados da vida se renovam e, de algum modo, o ser se lava das obrigações pendentes, das expectativas à espreita... Uma espécie de vacuidade benéfica que devolve ao espírito sua liberdade própria.

Isso me remete à minha experiência pessoal. Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique e o texto ficará pronto, cedo ou tarde. Não é assim com a poesia. Sendo produto do trabalho e da preguiça, não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema, como há para a produção de uma mercadoria. Bandeira conta, por exemplo, que demorou anos para terminar o poema “Vou-me embora pra Pasárgada”.

Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma. Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora. E tanto pode resultar num poema quanto em nada.

Assim, numa época em que “tempo é dinheiro”, a poesia se compraz em esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema. Mas o poema em que a poesia esbanjou o tempo do poeta é aquele que também dissipará o tempo do leitor, que se deleita ao flunar por linhas que mereçam uma leitura por um lado vagarosa, por outro, ligeira; por um lado reflexiva, por outro, intuitiva. É por essa temporalidade concreta, que se manifesta como uma preguiça fecunda, que se mede a grandeza de um poema.

(Adaptado de: CÍCERO, Antonio. **A poesia e a crítica: Ensaios**. Companhia das Letras, 2017, edição digital)

1. Depreende-se do texto que a tradicional *dicotomia entre trabalho e lazer* (1ª parágrafo), apontada por Adorno,
 - (A) é reforçada pelo capitalismo tardio, cuja ideia de que “tempo é dinheiro” resulta na depreciação das atividades lúdicas que demandam maior dedicação, como a poesia.
 - (B) está circunscrita a um determinado momento histórico em que a exigência de dedicação ao trabalho impedia que a classe dos trabalhadores usufruísse de atividades culturais nos momentos de folga.
 - (C) causou a desvalorização de certas atividades mais lentas, como a feitura de poemas, que chegam a levar anos para serem concluídos, em prol de outras mais dinâmicas, como os jogos eletrônicos.
 - (D) pressupõe que, na era cibernética, diversas atividades, como a comunicação e a captação de informações, estão mais velozes, proporcionando mais tempo de entretenimento para o indivíduo.
 - (E) deu lugar à falta de tempo livre até mesmo nos momentos destinados ao descanso ou ao entretenimento, fenômeno que, apesar dos avanços da tecnologia, ainda se observa nos dias atuais.
2. O segmento em que há uso de expressão irônica, dizendo-se o oposto do que se quer dar a entender no contexto, encontra-se sublinhado em:
 - (A) as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo (1º parágrafo)
 - (B) E tanto pode resultar num poema quanto em nada (5º parágrafo)
 - (C) que se manifesta como uma preguiça fecunda (último parágrafo)
 - (D) numa época em que “tempo é dinheiro” (último parágrafo)
 - (E) e o texto ficará pronto, cedo ou tarde (4º parágrafo)



3. O segmento em que se introduz uma restrição em relação ao que se afirmou antes está em:

- (A) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio...* (4º parágrafo)
- (C) *Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo.* (2º parágrafo)
- (D) *... que se manifesta como uma preguiça fecunda* (último parágrafo)
- (E) *... não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema...* (4º parágrafo)

4. Considere as afirmações abaixo.

- I. A teoria de que o poeta não deve prejudicar sua *necessária preguiça*, proposta por T.S. Eliot (3º parágrafo), é corroborada pelo autor do texto, por meio de sua própria experiência pessoal.
- II. Ainda que certas atividades, como a feitura de um poema, demandem tempo ocioso, o autor do texto censura o cultivo de uma necessária preguiça, a partir da premissa de que o tempo é escasso e valioso na atualidade.
- III. Para o autor, a falta de tempo livre de que a maioria se queixa deve-se ao fato de que, mesmo nos momentos destinados a atividades de lazer, estamos submetidos à dinâmica do desempenho.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

5. Considerando-se o contexto, a *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) apontada por Paul Valéry assemelha-se, pelo sentido, a:

- (A) *tempo de trabalho normal.* (4º parágrafo)
- (B) *produção de uma mercadoria.* (4º parágrafo)
- (C) *uma ausência sem preço.* (3º parágrafo)
- (D) *processamento e produção de informação.* (2º parágrafo)
- (E) *expectativas à espreita.* (3º parágrafo)

6. *Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho...* (2º parágrafo)

Respeitando-se a correção e a clareza, uma redação alternativa para o segmento acima está em:

- (A) Posto que, praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho, não dispomos mais o tempo livre.
- (B) A quê nosso tempo está preso? Ao princípio do trabalho, por isso não temos mais praticamente nenhum tempo livre.
- (C) As pessoas não tem mais tempo livre, pois praticamente todo o tempo delas está preso: ao princípio do trabalho.
- (D) Compreende-se nossa falta de tempo livre quando se observa que praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho.
- (E) Como praticamente todo o nosso tempo, encontra-se preso ao princípio do trabalho, isso explica o motivo porque não temos mais tempo livre.

7. Mantendo-se a correção, a supressão da vírgula altera o sentido do segmento que está em:

- (A) *Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma.* (5º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique...* (4º parágrafo)
- (C) *... esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema.* (último parágrafo)
- (D) *... numa época em que “tempo é dinheiro”, a poesia se compraz...* (último parágrafo)
- (E) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)



8. *que alguns supõem substituir “velharias” (2º parágrafo)*

No contexto, o termo sublinhado acima exerce a mesma função sintática que o sublinhado em:

- (A) *Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível (5º parágrafo)*
- (B) *permite automatizar grande parte das tarefas (2º parágrafo)*
- (C) *T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que (3º parágrafo)*
- (D) *não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema (4º parágrafo)*
- (E) *O tempo livre parece ter encolhido (2º parágrafo)*

9. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que está entre parênteses, sem que nenhuma outra modificação seja feita, a frase que permanece correta está em:

- (A) *o ser se lava das obrigações pendentes (as pessoas)*
- (B) *quase todo mundo se queixa de não ter tempo (a maioria das pessoas)*
- (C) *a poesia esbanjou o tempo do poeta (os efeitos poéticos)*
- (D) *isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma (tais fatos)*
- (E) *o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora (aqueles que)*

10. *Numa visita ao Brasil, pouco depois de sair do Governo da Espanha, Felipe Gonzalez foi questionado sobre o que gostaria de ter feito e não conseguiu. Depois de pensar alguns minutos, disse lamentar que, apesar de avanços importantes em educação, os jovens ainda se formavam e queriam saber o que o Estado faria por eles.*

(COSTIN, Claudia. Disponível em: folha.uol.com.br)

Transpondo-se para o **discurso direto** a fala atribuída a Felipe Gonzalez, obtêm-se as seguintes formas verbais:

- (A) Lamento – formem – queiram
- (B) Lamento – formem – querem
- (C) Lamentei – formaram – queriam
- (D) Lamentou – vão se formar – irão querer
- (E) Lamento – tinham se formado – quiseram

Noções de Direito Administrativo

11. A demissão de um servidor foi aplicada em sede de processo administrativo, após término da instrução e garantida a ampla defesa e o contraditório para o funcionário. Não obstante, após a aplicação da pena, o servidor ajuizou ação judicial pleiteando a anulação da decisão, sob alegação de que haveria documentação inverídica juntada ao processo, porque teria sido produzida especificamente para viabilizar a condenação do servidor. A Administração pública, diante da existência da ação ainda não julgada

- (A) deverá aguardar a decisão judicial, que poderá rever o processo disciplinar para sindicá-la, bem como a adequação da apreciação de provas.
- (B) poderá lançar mão do poder de revisão de seus atos administrativos, de modo que constatada a ilegalidade apontada, poderá revogar a decisão proferida ou mitigar a penalidade, com a desconsideração da prova.
- (C) poderá exercer seu poder de revisão para anular a demissão de servidor caso verifique, em procedimento próprio, a ilegalidade apontada, não dependendo do proferimento da decisão judicial para tanto.
- (D) deverá suspender a penalidade em razão do ajuizamento da ação, que poderá determinar a reintegração do servidor diante da decisão de anulação ou revogação da decisão.
- (E) poderá decidir pela reintegração do servidor, produzindo efeitos a partir da decisão que anula a demissão, passando o servidor a ocupar novo cargo, ainda que com aproveitamento de benefícios anteriores.

12. Numa licitação processada sob a modalidade de pregão, a classificação das propostas, ato que identifica o autor da melhor oferta,

- (A) tem natureza de direito subjetivo, na medida em que confere ao licitante classificado em primeiro lugar o direito de exigir sua declaração como vencedor, com a consequente adjudicação do objeto e assinatura do contrato.
- (B) possui natureza de ato administrativo passível de ser revogável pela Administração no caso de superveniente identificação do não preenchimento dos requisitos técnicos de habilitação.
- (C) enseja processamento da fase de habilitação, para crivo do preenchimento dos requisitos pelo licitante classificado em primeiro lugar, após a qual caberá ao pregoeiro avaliar se a proposta atende aos critérios de conveniência e oportunidade.
- (D) demanda manifestação do pregoeiro quanto a sua aceitabilidade, não obstante já se saiba o objeto e valor, para então passar a fase de habilitação.
- (E) obriga o pregoeiro negociar com o licitante a redução da referida proposta, sob pena de desclassificação e oferta das mesmas condições ao segundo classificado.



13. As alterações passíveis de serem implementadas nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993
- (A) dependem do consenso entre as partes para viabilizar majorações que superem 25% do valor inicial.
 - (B) implicam o reequilíbrio econômico-financeiro sempre que causarem alteração de objeto.
 - (C) podem ser feitas unilateralmente pelas partes, para redução ou majoração até o limite de 25% sem a necessária alteração do valor do contrato.
 - (D) podem ser feitas pelo poder público como prerrogativa unilateral, não sendo necessária concordância da contratada na hipótese, por exemplo, de supressão ou majoração até o limite de 25%.
 - (E) podem facultar às partes a denúncia do contrato, para rescindi-lo unilateralmente, caso o equilíbrio da equação econômico-financeira não seja restabelecido.

Atos Normativos

14. Nos termos da Resolução nº 147/2011 que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, considere:
- I. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus integrará todos os contratos de estágio, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, não integrando, porém, os contratos de prestação de serviços.
 - II. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus não serão tolerantes com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, excetuando-se os atos que caracterizem proselitismo partidário.
 - III. Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II.

15. De acordo com a Resolução nº 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, com relação as informações à Imprensa, os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos,
- (A) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, não podendo ser porta-voz autorizado por qualquer outro órgão do Poder Judiciário.
 - (B) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias, conforme o caso.
 - (C) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho e Tribunais Regionais Federais, sendo permitido excepcionalmente, porta-vozes autorizados por autoridades do Poder Executivo.
 - (D) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes locais designados pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (E) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes autorizados pelo Supremo Tribunal Federal.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

16. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem. Neste caso, o sinal sonoro que esses semáforos devem emitir será
- (A) suave, intermitente e sem estridência.
 - (B) forte, intermitente e estridente.
 - (C) suave, contínuo e sem estridência.
 - (D) forte, contínuo e estridente.
 - (E) forte, contínuo e sem estridência.



17. Considere:

- I. Associação constituída há dez meses, nos termos da lei civil.
- II. Sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- III. Defensoria Pública.

Segundo a Lei nº 7.853/1989, as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, bem como pela(s) entidade(s) indicada(s) em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

18. Cintia é pessoa com deficiência e pretende inscrever-se no programa público habitacional Z visando a obtenção de um apartamento para residir com sua filha, Camila, de 20 anos de idade. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, o programa habitacional público Z

- (A) deverá reservar, no mínimo, 5% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.
- (B) deverá reservar, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.
- (C) não possui obrigatoriedade de reserva de unidades habitacionais para pessoa com deficiência, devendo Cintia ingressar normalmente nas regras do edital para participação no referido programa.
- (D) deverá reservar, no mínimo, 5% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido quantas vezes for necessário, sem limitação do exercício deste direito.
- (E) deverá reservar, no mínimo, 7% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.

Noções de Sustentabilidade

19. Para fins específicos da Resolução do CNJ nº 201/2015, *critérios de sustentabilidade* são

- (A) processos de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considere o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado.
- (B) ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário.
- (C) ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e o aperfeiçoamento contínuo na gestão dos processos de trabalho.
- (D) operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação, mediante o uso razoável de critérios de responsabilidade ambiental.
- (E) métodos utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

20. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos. Este cadastro será coordenado pelo órgão federal competente do Sistema Nacional

- (A) do Meio Ambiente – SISNAMA e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.
- (B) de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.
- (C) do Meio Ambiente – SISNAMA e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.
- (D) de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.
- (E) de Vigilância Sanitária – SNVS e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Mário, Técnico de Segurança do Tribunal, ao receber a agenda do Presidente do Tribunal, constando uma visita ao Hospital Modelo de Olinda para o dia seguinte, antes de deslocar-se até o local, faz contato com a diretoria para verificar o roteiro da visita: público presente, equipamentos de segurança disponíveis, vagas para automóveis e demais informações de interesse de segurança. Também traça itinerário do Tribunal ao Hospital, considerando o horário e possíveis condições adversas do deslocamento. Após colhidas todas as informações, elabora um relatório que poderá ser utilizado por Sérgio, Técnico de Segurança, que estará escalado para o dia seguinte. Considerando a atividade de segurança de dignitários, os procedimentos são considerados próprios
- (A) do pessoal encarregado do cerimonial do Tribunal.
 - (B) da equipe precursora.
 - (C) da equipe aproximada.
 - (D) da equipe investigativa.
 - (E) da assessoria administrativa do Presidente do Tribunal.
-
22. Em um deslocamento, composto pelo veículo ocupado por um dignitário e pelo veículo de sua escolta,
- (A) os agentes que ocupam o veículo de escolta, caso haja deslocamento a pé da autoridade, via de regra, acompanham a autoridade, também neste deslocamento. Havendo o número ideal de agentes, o motorista da escolta permanece no veículo.
 - (B) os agentes que ocupam o veículo de escolta nunca devem acompanhar o dignitário em deslocamento a pé, devendo permanecer no veículo, pois a escolta deve focar exclusivamente no deslocamento em vias terrestres, cabendo a outra equipe acompanhar o dignitário quando este estiver a pé.
 - (C) considerando a necessidade de manter uma proteção efetiva, o motorista do carro de escolta está desobrigado de observar a distância de segurança do veículo onde se encontra o dignitário, pois deve possuir treinamento para qualquer manobra emergencial.
 - (D) o carro de escolta deve sempre estar à frente do veículo ocupado pelo dignitário, pois só assim poderá prever eventuais riscos e ameaças do deslocamento.
 - (E) a escolta deve ser dispensada quando se tratar de deslocamentos muito longos em rodovias, visando a evitar acidentes e por oferecer pouco risco a segurança do dignitário.
-
23. Temístocles exerce a função de Técnico de Segurança do Tribunal há seis anos. É reconhecido pelos demais funcionários como um profissional pontual e dedicado e é uma referência para os assuntos correlatos à sua área. É capaz de se adaptar perante as maiores dificuldades do dia-a-dia. Trabalha diretamente com o Presidente do Tribunal, cuidando da segurança institucional necessária para garantir o exercício das funções daquela autoridade. Como tem acesso à agenda do Presidente do Tribunal, mantém sempre informado um contato seu, Luíza, repórter de um órgão de imprensa privado, mesmo sem conhecimento da assessoria de imprensa do Tribunal. Quanto às características esperadas de um profissional que atua na segurança de dignitários, considerando o contexto acima, Temístocles desempenha satisfatoriamente
- (A) o comprometimento, o conhecimento e a flexibilidade, mas deixa a desejar a conduta moral exemplar.
 - (B) a discrição, o comprometimento e a conduta moral exemplar, mas deixa a desejar a flexibilidade.
 - (C) a conduta moral exemplar, o comprometimento e o conhecimento, mas deixa a desejar a discrição.
 - (D) o comprometimento, a flexibilidade e a discrição; mas deixa a desejar o conhecimento.
 - (E) o comprometimento, o conhecimento e a flexibilidade; mas deixa a desejar a discrição.
-
24. Felipe, Técnico de Segurança, acompanha sozinho a autoridade que protege em um evento público externo. Ocorre que, durante o evento, uma pessoa do público se dirige à autoridade de forma desrespeitosa, com ofensas e xingamentos. A autoridade passa a discutir com tal pessoa, respondendo com os mesmos insultos que sofrera. Em determinado momento a pessoa que agrediu verbalmente a autoridade se retira de forma abrupta. Nessa situação, Felipe
- (A) deve intervir imediatamente no caso da agressão verbal, utilizando técnicas de defesa pessoal, se for o caso, a fim de conter e deter o agressor, oportunidade em que serão tomadas as providências cabíveis quanto ao desacato, impedindo, com esse procedimento que o agressor se retire.
 - (B) não deve intervir enquanto não houver ameaça à integridade física da autoridade e se retirar do local, em razão das ofensas mútuas.
 - (C) não deve intervir enquanto não houver ameaça à integridade física da autoridade, mas acompanhar o agressor a fim de capturá-lo, em razão do desacato cometido, a fim de adotar as medidas cabíveis.
 - (D) não deve intervir enquanto não houver ameaça à integridade física da autoridade, deixar o agressor verbal se afastar, pois deve permanecer acompanhando a autoridade.
 - (E) deve intervir, no momento em que a autoridade passar a discutir com o agressor, em favor de tal autoridade, a fim de preservar sua imagem e adotar todas as providências necessárias, inclusive com emprego de técnicas de defesa pessoal, impedindo que o agressor continue com as ofensas, quando as providências cabíveis quanto ao desacato serão tomadas.



25. Considerando o conceito de segurança corporativa estratégica, no tocante à segurança dos ativos, que abrange os bens tangíveis e intangíveis, o seguimento de segurança da gestão de processos abrange:
- (A) operações, planejamento e insumos.
 - (B) informação, suportes e telecomunicações.
 - (C) tecnologia da informação, insumos e suportes.
 - (D) áreas e instalações, operações e planejamento.
 - (E) operações, conhecimento e áreas e instalações.
-
26. Considerando a doutrina de segurança das áreas e instalações, um instrumento eficaz de trabalho de campo que consiste em um compêndio de itens a serem avaliados, via de regra organizados em forma de questionário, que considera os diversos aspectos essenciais para levantamento de riscos potenciais ou reais, exigindo constante complementação e atualização, é chamado de
- (A) pauta.
 - (B) relatório.
 - (C) *check list*.
 - (D) ata de segurança.
 - (E) *review*.
-
27. O Técnico de Segurança de uma determinada instituição tem, em sua área de fiscalização, um Centro de Processamento de Dados – CPD e um depósito de produtos inflamáveis. Ambos os locais são considerados pontos de interesse de segurança, que demandam ações preventivas específicas. Para melhor adotar tais ações, o técnico deve saber que os locais citados tratam, respectivamente, de pontos
- (A) de perigo e tangível.
 - (B) de risco e de ameaça.
 - (C) crítico e intangível.
 - (D) de risco e crítico.
 - (E) crítico e de risco.
-
28. Define-se como segurança física os meios
- (A) materiais empregados pela segurança das áreas e instalações, que devem primar pela ostensividade, que por si só já pode inibir a ocorrência de eventos indesejados. As barreiras naturais podem ser exemplo e o serviço de vigilância não se enquadra neste conceito, tratando-se de segurança pessoal.
 - (B) materiais empregados pela segurança das áreas e instalações, que devem primar pela dissimulação, visando a evitar sua obstrução. O serviço de vigilância e as barreiras naturais podem ser exemplos adequados.
 - (C) materiais empregados pela segurança das áreas e instalações, que devem primar pela ostensividade, que por si só já pode inibir a ocorrência de eventos indesejados. O serviço de vigilância e as barreiras naturais podem ser exemplos adequados.
 - (D) materiais empregados pela segurança das áreas e instalações, que devem primar pela dissimulação. O serviço de vigilância pode ser exemplo, mas as barreiras naturais não podem ser enquadradas como segurança física, pois independem das ações humanas.
 - (E) exclusivamente humanos de segurança de áreas e instalações, que deve primar pela ostensividade, que por si só já pode inibir a ocorrência de eventos indesejados. O serviço de vigilância é o melhor exemplo, as barreiras naturais não se enquadram neste conceito.
-
29. Josué, Técnico de Segurança do Tribunal, sem solicitar autorização de seu superior, altera os procedimentos de segurança de acesso ao Tribunal, por entender que aquelas alterações seriam mais eficazes. Tampouco reporta tal alteração, o que acaba acarretando transtornos pois o novo procedimento não foi incorporado corretamente à rotina daquele local, sendo que o departamento de segurança e sua chefia não ficaram cientes de tal alteração. A característica básica da segurança das informações que Josué feriu é a
- (A) confidencialidade.
 - (B) integridade.
 - (C) disponibilidade.
 - (D) confiabilidade.
 - (E) continuidade.
-
30. *As informações protegidas podem contar com “barreiras” normalmente eletrônicas que impedem ou limitam o acesso não autorizado, acidental ou mal intencionado. Contam como apoio determinados mecanismos.*
- Considerando o excerto acima, o tipo de controle de segurança referido e um exemplo de mecanismo de apoio, respectivamente, estão:
- (A) físico; encriptação.
 - (B) lógico; sistema biométrico.
 - (C) lógico; manual de procedimentos de segurança.
 - (D) perimetral; assinatura digital.
 - (E) físico; serviço de vigilância.



31. A permissão da entrada e/ou saída com a apresentação de duas leituras de acesso com qualquer tecnologia disponível, é um controle de acesso utilizado na segurança de instalações, mormente valendo-se de sensores de segurança. Esse tipo de controle é denominado
- (A) controle por código de barras.
 - (B) eclusa.
 - (C) alarme.
 - (D) dupla custódia.
 - (E) controle biométrico.
-
32. Durante uma negociação, e em pleno conflito, Júnior, Técnico de Segurança, lançou mão de duas táticas de negociação. Em primeiro lugar, buscou fragmentar ao máximo as concessões, fracionando o objetivo final do causador da crise e, posteriormente, diante de determinadas concessões impostas por esse causador, afirmou não ser competente para autorizar determinadas concessões. Nessa situação, as duas táticas utilizadas são, respectivamente,
- (A) da parcialidade e da autonomia.
 - (B) da fronteira e da autonomia limitada.
 - (C) da maçã e da autoridade ilimitada.
 - (D) do salame e da autoridade limitada.
 - (E) do fatiamento e da autonomia mista.
-
33. Na sede do Tribunal, um funcionário, alegando questões amorosas, posiciona-se no parapeito da janela do 5º andar e ameaça jogar-se e cometer suicídio. João, Técnico de Segurança escalado no dia, toma conhecimento e reconhecendo tal situação como uma crise, com o apoio dos demais técnicos de segurança presentes, passa a adotar todas as providências quanto ao gerenciamento de crise. Após o isolamento do local e o estabelecimento de perímetros táticos, inicia a negociação com o funcionário, a fim de demovê-lo da ideia de cometer suicídio, e solicita que acionem a polícia para adotar as providências no prosseguimento da ação. Num determinado momento, um repórter solicita autorização para acompanhar a negociação de perto, registrando os fatos em vídeo. João autoriza a aproximação do repórter, com intuito de que a imprensa auxiliaria no registro da legalidade das ações que ali se sucedem, caso resultasse em desfecho negativo. Considerando o cenário descrito, João
- (A) não deveria ter considerado tal situação como uma crise, por não ser um acontecimento de grandes proporções, para o emprego de todas as ações descritas. Acertou ao solicitar a presença da imprensa, que possui condições de validar as ações ali adotadas.
 - (B) não deveria ter considerado tal situação como uma crise, pois não havia ameaça de outras vidas, além do possível suicida. Ao adotar todas as providências descritas criou um ambiente desfavorável à resolução do caso e uma repercussão desnecessária. Errou também ao autorizar a aproximação da imprensa, que poderia utilizar o fato como sensacionalismo, prejudicando a imagem do Tribunal.
 - (C) agiu corretamente ao tratar tal situação como uma crise, adotando todas as providências correlatas ao gerenciamento de crise. Errou ao autorizar a aproximação da imprensa, que deveria ficar afastada, uma vez que foram estabelecidos perímetros táticos.
 - (D) agiu corretamente ao considerar a tal situação como uma crise. Apenas falhou na negociação, que deveria iniciar com a presença de profissional especializado. Agiu corretamente quando autorizou a aproximação da imprensa, para o fiel registro dos fatos, a fim de salvaguardar sua imagem e a do Tribunal.
 - (E) acertou ao considerar tal situação como uma crise. Todas as providências que adotou foram corretas, inclusive se valendo da presença do repórter para o registro da ação.
-
34. São características do Circuito Fechado de Televisão – CFTV:
- (A) cobertura delimitada, acesso restrito, pode ser operado remotamente, integra demais dispositivos de segurança e pode ser usado em várias áreas além da segurança de instalações.
 - (B) cobertura ilimitada, acesso restrito, é operado exclusivamente pela central de processamento, pode ser usado em várias áreas além da segurança das instalações e pode integrar outros dispositivos de segurança.
 - (C) cobertura limitada, acesso restrito, pode ser operado remotamente, não pode integrar demais dispositivos de segurança e pode ser usado em outras áreas além da segurança das instalações.
 - (D) cobertura delimitada, acesso restrito, pode integrar demais dispositivos de segurança e ser operado remotamente, é usado exclusivamente na segurança das instalações.
 - (E) cobertura ilimitada, acesso público, não pode ser operado remotamente, integra outros dispositivos de segurança e pode ser utilizado em outras áreas além da segurança de instalações.



35. Quanto à metodologia de produção de conhecimento, o conceito do serviço de inteligência compreende basicamente as
- (A) ações exclusivas do Estado, a fim de identificar e combater inteligência adversa, e salvaguardar a segurança das instituições.
 - (B) ações voltadas para a coleta de dados que não devem ser analisados dentro do contexto do serviço de inteligência, mas que devem ser encaminhados para a tomada de decisão da autoridade.
 - (C) ações exclusivamente voltadas para combater inteligência adversa, e garantir a segurança da instituição e dos processos envolvidos, no que tange à segurança das informações.
 - (D) atividades desenvolvidas exclusivamente por órgãos do poder público, para obter dados que devem ser submetidos à análise para a compreensão do contexto e auxiliar a tomada de decisões.
 - (E) ações voltadas para obtenção de dados que devem ser submetidos à análise. O resultado é a compreensão do contexto que auxilia na tomada de decisões de maneira fundamentada.
36. Maraísa, Técnica Judiciária, deparou-se com um acidente de trânsito com vítima envolvendo dois veículos automotores. De imediato, Maraísa desembarcou do veículo oficial que conduzia e prestou o imediato auxílio. Inicialmente, sinalizou o local e constatou, preliminarmente, que não havia riscos de vazamento de produtos perigosos, incêndios, explosões, contudo identificou uma vítima inconsciente em um dos veículos. Mesmo após tentar por inúmeras vezes o contato com esta vítima em voz alta, não obteve sucesso. Diante deste cenário, é correto que Maraísa
- (A) insista no contato com a vítima inconsciente, tentando despertá-la com suaves toques no rosto.
 - (B) remova imediatamente a vítima inconsciente do veículo a fim de facilitar os procedimentos de atendimento por parte da equipe de socorristas assim que chegarem.
 - (C) remova imediatamente a vítima inconsciente do veículo e a coloque em outro veículo a fim de transportá-la para o hospital mais próximo.
 - (D) ligue novamente para o serviço de socorro, complementando as informações e seguindo as orientações que receber.
 - (E) recline o banco do veículo onde a vítima inconsciente se encontra a fim de permitir uma posição mais confortável.
37. Silmara, Técnica Judiciária, deparou-se com um acidente de trânsito no qual o veículo colidiu contra um poste de sinalização de trânsito. Apesar da gravidade do acidente, não houve vítimas, contudo, o veículo incendiou em função do vazamento de combustível, havendo a necessidade do uso do extintor veicular. Diante deste quadro, é aconselhável que Silmara
- (A) mantenha o extintor na posição horizontal para facilitar o uso.
 - (B) faça movimentos com o extintor em forma de leque, cobrindo toda a área em chamas.
 - (C) jogue o conteúdo do extintor aos poucos e de maneira pulverizada.
 - (D) dirija o jato do extintor para o meio do fogo.
 - (E) aplique o conteúdo do extintor de forma concentrada em um dos focos de incêndio para diminuí-lo.
38. Algumas condições climáticas e naturais afetam as condições de segurança do trânsito. Sob estas condições, algumas atitudes devem ser adotadas a fim de garantir a segurança durante o percurso. É correto afirmar:
- (A) Sob neblina ou cerração, deve-se acender a luz alta do farol do veículo para melhorar a visibilidade.
 - (B) Sob ventos fortes, deve-se aumentar a velocidade com o objetivo de aumentar a estabilidade do veículo.
 - (C) A fumaça produzida por queimadas nos terrenos à margem da via reduz a visibilidade, sendo necessário, neste caso, acender a luz baixa do farol e, caso aumente a fumaça, parar o veículo na pista.
 - (D) No início da manhã ou final da tarde, a luz do sol, devido a sua inclinação, pode causar ofuscamento, neste caso, é aconselhável o uso do quebra-sol ou óculos protetores.
 - (E) Os ventos podem ser gerados pelo deslocamento de ar de outros veículos maiores em velocidade, no mesmo sentido ou no sentido contrário, neste caso, o condutor deverá aumentar a velocidade a fim de ultrapassar o veículo o mais rápido possível.
39. Renan estava transportando o Presidente da corte para um evento na Advocacia-Geral da União. Após deixar a autoridade no local designado, Renan retornou à sede do Tribunal. Durante o percurso, um agente da autoridade de trânsito surpreendeu Renan dirigindo o veículo oficial com um dos braços pendentes do lado de fora do veículo, sem que estivesse efetuando qualquer sinal regulamentar. A conduta de Renan
- (A) caracteriza infração de trânsito de natureza leve, sendo computados três pontos pelo cometimento da infração.
 - (B) caracteriza infração de trânsito de natureza média, sendo computados quatro pontos pelo cometimento da infração.
 - (C) caracteriza infração de trânsito de natureza grave, sendo computados cinco pontos pelo cometimento da infração.
 - (D) caracteriza infração de trânsito de natureza gravíssima, sendo computados sete pontos pelo cometimento da infração.
 - (E) não caracteriza infração de trânsito.



40. Juraci conduzia o veículo oficial do Tribunal pela Av. Recife, a cerca de 200 metros do Fórum Ministro Artur Marinho, quando, de repente, Walfredo, também do Tribunal, acenou, solicitando seu auxílio em razão de o veículo oficial ao qual conduzia ter apresentado problemas mecânicos e estar parado na faixa central da respectiva via. Juraci tinha disponível no porta-malas da viatura um cabo flexível e decidiu rebocar o veículo de Walfredo até a sede do Fórum. Diante desta situação, a conduta de Juraci
- (A) não caracteriza infração de trânsito.
 - (B) caracteriza infração de trânsito de natureza leve, sendo computados três pontos pelo cometimento da infração.
 - (C) caracteriza infração de trânsito de natureza média, sendo computados quatro pontos pelo cometimento da infração.
 - (D) caracteriza infração de trânsito de natureza grave, sendo computados cinco pontos pelo cometimento da infração.
 - (E) caracteriza infração de trânsito de natureza gravíssima, sendo computados sete pontos pelo cometimento da infração.
-
41. Luan, Técnico Judiciário, estava transitando pela Avenida Beira-Mar, em Recife/PE, sendo que, em dado momento, visualizou um ciclista transitando na mesma via, no mesmo sentido e direção. Momentos antes de ultrapassar o ciclista, visualizou o condutor de outro veículo que transitava à sua frente tocar o retrovisor esquerdo do veículo no guidão da bicicleta, fazendo com que o ciclista se desequilibrasse e caísse no asfalto. A conduta praticada pelo condutor que transitava à frente de Luan
- (A) não caracteriza infração de trânsito.
 - (B) caracteriza infração de trânsito de natureza leve, sendo computados três pontos pelo cometimento da infração.
 - (C) caracteriza infração de trânsito de natureza média, sendo computados quatro pontos pelo cometimento da infração.
 - (D) caracteriza infração de trânsito de natureza grave, sendo computados cinco pontos pelo cometimento da infração.
 - (E) caracteriza infração de trânsito de natureza gravíssima, sendo computados sete pontos pelo cometimento da infração.
-
42. Nos últimos dez meses, os Técnicos Judiciários Ricardo e Mário cometeram, cada um deles, infrações de trânsito que atingiram a contagem de 14 pontos. No décimo primeiro mês, Ricardo, enquanto conduzia o veículo oficial, ultrapassou outro veículo pelo acostamento. Mário, por sua vez, executou uma operação de conversão à direita em local proibido pela sinalização. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro,
- (A) Ricardo e Mário serão penalizados com suspensão do direito de dirigir por terem atingido 20 pontos no período de 12 meses.
 - (B) apenas Ricardo será penalizado com suspensão do direito de dirigir por ter atingido 20 pontos no período de 12 meses.
 - (C) apenas Mário será penalizado com suspensão do direito de dirigir por ter atingido 20 pontos no período de 12 meses.
 - (D) nenhum dos dois será penalizado com suspensão do direito de dirigir por não terem atingido 20 pontos no período de 12 meses.
 - (E) Ricardo e Mário não serão penalizados porque não atingiram a pontuação especial para os funcionários públicos de 30 pontos, no prazo de 12 meses.
-
43. Alfredo resolveu verificar as possíveis causas do mau funcionamento do motor da viatura que utiliza diariamente no Tribunal. Dentre os procedimentos adotados, removeu uma das velas de ignição do motor e constatou a presença de fuligem preta, seca e fofa na ponta do isolante e dos eletrodos. As condições detectadas podem indicar que a vela de ignição está
- (A) suja de óleo.
 - (B) queimada.
 - (C) gasta.
 - (D) normal.
 - (E) suja de carbono.
-
44. O Técnico Judiciário Wilson foi designado para transportar alguns documentos do Tribunal Regional Federal para a sede da Justiça Federal de Alagoas, em Maceió. Com o objetivo de realizar uma viagem segura, efetuou a manutenção preventiva do veículo oficial e, durante a inspeção, constatou que a correia de transmissão estava trincada. A falha no funcionamento das correias de transmissão pode gerar problemas, diretamente,
- (A) no conversor catalítico.
 - (B) no alternador.
 - (C) no servo-freio.
 - (D) na bomba de combustível.
 - (E) no sistema antibloqueio de frenagem.



45. Custódio, ao se aproximar do veículo oficial que utilizaria durante seu turno de serviço, visualizou uma mancha no solo, sob o carro, na região do para-choque dianteiro. Ao chegar mais próximo ao veículo, e constatou que a mancha era oleosa e vermelho claro. Tais características podem indicar o vazamento de
- (A) fluido de freio.
 - (B) líquido de arrefecimento.
 - (C) óleo do motor.
 - (D) óleo de transmissão.
 - (E) fluido de direção hidráulica.
-
46. Em motores de combustão interna, o componente que recebe diretamente a força de expansão dos gases queimados no cilindro, sendo responsável por transmiti-la para a árvore de manivelas, é chamado de
- (A) virabrequim.
 - (B) eixo comando.
 - (C) pistão.
 - (D) tuchos.
 - (E) balancim.
-
47. Determinado agente de empresa de publicidade, no processo de recrutamento de modelos fotográficos para campanha de famosa marca de sabonete, impediu a inscrição de modelos negras, com o argumento de que a campanha faria a analogia da pele clara à limpeza, assim, seriam recrutadas somente modelos de pele branca. Ao não autorizar a realização dos testes por modelos negras, exigindo aspecto próprio de raça ou etnia, o agente de empresa de publicidade estará sujeito a, sem prejuízo das sanções do crime, a
- (A) prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial.
 - (B) contratação exclusiva de modelos negras modificando a essência da campanha.
 - (C) manutenção da campanha já que a liberdade de criação deve suplantiar a intervenção do Poder Público.
 - (D) proibição de veicular propaganda de seu produto por seis meses.
 - (E) prestação de serviços à comunidade, sendo defeso a realização de atividades de promoção da igualdade racial.
-
48. A garantia de prioridade do idoso compreende, entre outras, atendimento preferencial junto aos órgãos públicos e privados. Entre os idosos, deve-se observar a prioridade especial, atendendo-se preferencialmente suas necessidades em relação aos demais idosos, assegurando-se esta prioridade especial aos maiores de
- (A) 73 anos.
 - (B) 75 anos.
 - (C) 70 anos.
 - (D) 80 anos.
 - (E) 68 anos.
-
49. A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra, compreendido como uma posição central ou a mais próxima do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes; destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles, e
- (A) à direita de tribunais, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.
 - (B) ao centro de tribunais, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.
 - (C) à esquerda de tribunais, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.
 - (D) deve ser dispensada em tribunais, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.
 - (E) deve ocupar local de destaque em tribunais, sendo defeso sua utilização em púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.



50. Antonio, morador da zona rural, comprovou perante a polícia federal a dependência de emprego de arma de fogo (caça) para prover a sua subsistência alimentar familiar, adquiriu e obteve o porte de arma para tal finalidade. No entanto, em noites alternadas utilizava o armamento para realizar a segurança de um fazendeiro local. Reagindo a um roubo na fazenda, realizou disparos com a arma de caça obtida legalmente, vindo a ferir um dos ladrões. De acordo com a Lei nº 10.826 de 2013, que trata de registro e posse e comercialização de arma de fogo, Antonio estará sujeito a responder
- (A) que agiu em legítima defesa do patrimônio de outrem.
 - (B) apenas por porte ilegal de arma e disparos de arma de fogo de uso restrito e não incidirão tipificações do código penal.
 - (C) pelo exercício ilegal de atividade de segurança privada que é exclusivamente desempenhada por agentes públicos de folga.
 - (D) por porte ilegal de arma e disparos de arma de fogo de uso permitido, independente de outras tipificações penais.
 - (E) apenas pela lesão corporal, uma vez que o crime maior absorve o menor.
-
51. M.S, menor de 12 anos, apoderou-se da arma de fogo calibre 38 que estava em sua residência, de propriedade da Guarda Civil Metropolitana do Município X, e disparou contra dois colegas durante uma aula, por vingança. Ambos os colegas faleceram. Seu pai, Bruno, que exercia atividades de guarda civil metropolitano, tinha a posse do aludido armamento em razão de suas funções e não adotou a devida cautela para impedir o acesso do menor ao armamento. Considerando a Lei nº 10.826/2003, no tocante a posse do armamento, Bruno, sem prejuízo de outras sanções, estará sujeito ao crime de
- (A) omissão de cautela.
 - (B) homicídio culposo na condição de partícipe.
 - (C) homicídio doloso na condição de partícipe.
 - (D) conduta atípica.
 - (E) incitação ao crime praticado pelo menor.
-
52. Manoel, dirigindo seu veículo, por distração, atropela a estudante universitária Cristine de 18 anos. Percebendo que não haviam testemunhas, evade-se do local, sem prestar socorro, para fugir da prisão em flagrante delito. Cristine morre. Manoel estará sujeito às penas do crime de homicídio
- (A) doloso, com o aumento da pena em 1/3.
 - (B) culposo, com o aumento da pena em 2/3.
 - (C) culposo, com o aumento da pena em 1/3.
 - (D) doloso, com o aumento da pena em 2/3.
 - (E) culposo, com o aumento da pena em dobro em face da fuga do local.
-
53. Genival, Delegado de Polícia Civil do Estado X, prende em flagrante delito Marcos, pelo crime de estupro. Ao encarcerá-lo junto a outros detentos determina que Marcos passe a noite despido, devolvendo-lhe suas vestes somente na manhã seguinte. De acordo com a Lei nº 4.898 de 1965, sem prejuízo de outras sanções penais, Genival estará sujeito a sanções
- (A) penal e disciplinar, sendo vedada a sanção civil.
 - (B) administrativa, somente, por não ter observado as determinações em vigor para encarceramento de detento.
 - (C) civil, eximindo-se as demais sanções com a efetiva reparação dos danos morais provocados.
 - (D) penal, somente, que absorverá as sanções das demais esferas.
 - (E) administrativa, penal e civil.
-
54. De acordo com a Resolução CNJ nº 239, de 6 de setembro de 2016, os protocolos e medidas de segurança serão difundidos por normas e manuais de referência técnica, sendo que, serão
- (A) submetidos à análise semestral, por Comissão composta de três integrantes, nomeada pelo Presidente do TST, para readequação dos protocolos e medidas de segurança.
 - (B) reavaliados conforme a dinâmica dos fatos e contexto institucional, sempre que necessário.
 - (C) submetidos à análise bienal, por Comissão composta de cinco integrantes, nomeada pelo Presidente do TST, para readequação dos protocolos e medidas de segurança.
 - (D) modificados apenas por lei, uma vez que segue protocolo de medidas de segurança internacional.
 - (E) submetidos à análise quadrienal, por comissão composta de três integrantes, nomeada pelo Presidente do TST, para readequação dos protocolos e medidas de segurança.



55. José desatendeu ordem ilegal de funcionário Público e deixou o local em que tal ordem lhe fora dada. A conduta de José
- (A) caracterizou o delito de desacato.
 - (B) caracterizou o delito de resistência no tipo legal fundamental.
 - (C) configurou o crime de desobediência.
 - (D) não tipificou os crimes de desobediência, desacato ou resistência.
 - (E) configurou o crime de resistência na forma agravada.
-
56. O Presidente do Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução CNJ nº 104, de 6 de abril de 2010, relativa a medidas administrativas de segurança. A Resolução prevê que, no caso de urgência, para pleno atendimento dos juízes os Tribunais, deverá ser:
- (A) estabelecido regime de plantão dos agentes de segurança, sendo que a escala com o nome e o número de celular deverá constar de portaria do Tribunal e publicada em área com acesso restrito na página eletrônica do órgão jurisdicional.
 - (B) elaborado um plano de chamada dos agentes, sem prévia escala de plantão.
 - (C) solicitado apoio somente dos órgãos policiais locais.
 - (D) requisitado aos oficiais de dia das Forças Armadas o atendimento emergencial.
 - (E) solicitado disponibilização prioritária de agente da Polícia Federal para atendimento da situação do risco do magistrado.
-
57. Maria, foi morta por seu companheiro Gilmar motivado por razões de sua condição de sexo feminino, com o menosprezo e discriminação à condição feminina e violência doméstica e familiar. A tipificação penal para este crime é
- (A) homicídio culposo.
 - (B) homicídio qualificado à traição, por se tratar de companheiro.
 - (C) feminicídio.
 - (D) genocídio.
 - (E) homicídio simples.
-
58. De acordo com a Lei nº 9.099 de 1995, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, entre outras, as que NÃO excedam a
- (A) dez vezes o salário mínimo.
 - (B) vinte vezes o salário mínimo.
 - (C) cinco vezes o salário mínimo.
 - (D) quarenta vezes o salário mínimo.
 - (E) duas vezes o salário mínimo.
-
59. O particular que atenta contra a Administração em Geral, com a característica de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria no país, comete, segundo o Código Penal, o crime de
- (A) fraude de concorrência.
 - (B) contrabando.
 - (C) descaminho.
 - (D) sonegação de contribuição previdenciária.
 - (E) impedimento de concorrência.
-
60. Josias, funcionário do Tribunal, deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, mesmo tendo competência para responsabilizá-lo e também não levou o fato ao conhecimento de seu superior. Por sua conduta, Josias poderá sofrer eventual ação penal pelo crime de
- (A) exercício funcional ilegal.
 - (B) peculato.
 - (C) concussão.
 - (D) prevaricação.
 - (E) condescendência criminosa.